

LUIZ EMYGDIO FRANCO DA ROSA JUNIOR
AMANDA ALBANO

MANUAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO

3^a | revista,
edição | atualizada e
reformulada



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 26.01.2024
- Os Autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- A partir da 3ª edição a obra passou a ser publicada pela Editora Forense.
- Capa: Fabricio Vale

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R694m
3. ed.

Rosa Junior, Luiz Emygdio Franco da
Manual de direito tributário / Luiz Emygdio Franco da Rosa Junior,
Amanda Albano. - 3. ed. - Rio de Janeiro : Forense, 2024.
592 p. ; 24 cm.

ISBN 978-65-5964-979-2

1. Direito tributário - Brasil. I. Albano, Amanda. II. Título.

24-88034

CDU: 34.351.713(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

SUMÁRIO*Capítulo I*

DIREITO FINANCEIRO E DIREITO TRIBUTÁRIO	1
I. ATIVIDADE FINANCEIRA	1
1. Noção geral.....	1
2. Receita pública.....	2
II. DIREITO FINANCEIRO.....	3
III. DIREITO TRIBUTÁRIO	3
1. Noção geral.....	3
2. Direito público.....	4
IV. AUTONOMIA DO DIREITO FINANCEIRO E DO DIREITO TRIBUTÁRIO	4
1. A unicidade do direito e a autonomia	4
2. Autonomia do direito tributário	5
2.1. A polêmica entre François Gens e Louis Trotabas	5
2.2. A doutrina moderna reconhece a autonomia do direito tributário	6
2.3. O direito positivo brasileiro reconhece a autonomia do direito tributário	8
V. RELAÇÕES DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM OUTROS RAMOS DO DIREITO ...	9
1. Direito constitucional	9
2. Direito financeiro	9
3. Direito administrativo.....	9
4. Direito internacional público	10
5. Direito internacional privado	10
6. Direito penal.....	10
7. Direito processual civil.....	11
8. Direito privado.....	11
VI. A CODIFICAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO	12
1. No direito comparado	12
2. No direito brasileiro.....	12

Capítulo II

FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO	15
I. FONTES REAIS E FORMAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO	15
1. Fontes do direito	15
1.1. Fontes reais do direito tributário.....	15
2. Fontes formais do direito tributário	15
2.1. Fontes formais: principais e acessórias.....	16
II. FONTES PRINCIPAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO	16
1. Noção geral.....	16
2. Lei.....	17
3. Constituição Federal	17
4. Emenda	17
III. LEI COMPLEMENTAR	18
1. Noção geral.....	18
2. Importância de lei complementar em matéria tributária.....	19
3. Normas constitucionais tributárias que dependem de lei complementar.....	20
3.1. CTN tem <i>status</i> de lei complementar pela matéria.....	20
4. Lei ordinária.....	21
5. Lei delegada.....	21
IV. MEDIDA PROVISÓRIA.....	21
1. Noção geral.....	21
2. No direito tributário	22
3. Decreto legislativo	22
V. TRATADOS.....	23
1. Noção geral.....	23
2. Tratados não são fontes formais de direito tributário	24
2.1. Interpretação dos arts. 96 e 98 do CTN	24
VI. RESOLUÇÃO	24
1. Noção geral.....	24
2. Convênios interestaduais sobre ICMS	25
3. Decreto.....	25
VII. FONTES SECUNDÁRIAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO	26
1. Noção geral.....	26
2. Atos normativos (CTN, art. 100, inciso I).....	26
3. Decisões administrativas com eficácia normativa (CTN, art. 100, inciso II).....	27
3.1. Costumes (CTN, art. 100, inciso III).....	27
4. Convênios (CTN, art. 100, inciso IV).....	28
4.1. Interpretação do parágrafo único do art. 100 do CTN.....	28
5. Doutrina e jurisprudência não são fontes formais do direito tributário	29

Capítulo III

TRIBUTO	31
I. CONCEITO DE TRIBUTO	31
1. Tributo é receita derivada	31
1.1. Sentidos primitivo e moderno do termo tributo.....	31
1.2. Interpretação do art. 3º do CTN.....	32
1.2.1. Prestação compulsória.....	32
1.2.2. Prestação pecuniária	32
1.2.3. Em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.....	32
1.2.4. Que não constitua sanção de ato ilícito.....	33
1.2.5. Prestação instituída em lei.....	35
1.2.6. Prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada	35
II. TRIBUTO E SUAS ESPÉCIES	35
1. Espécies de tributo no direito brasileiro.....	35
1.1. Contribuição cobrada pela OAB não tem natureza tributária.....	37
III. DETERMINAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA ESPECÍFICA DO TRIBUTO	39
1. Razão de ser do art. 4º do CTN.....	39
1.1. A importância do fato gerador.....	39
1.1.1. Irrelevância do <i>nomen iuris</i>	39
1.1.2. Irrelevância do destino legal do produto da arrecadação do tributo.....	40
IV. CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS	41
1. Quanto à hipótese de incidência: tributos vinculados e não vinculados.....	41
2. Quanto ao fundamento: tributos contributivos e retributivos	41
3. Quanto à discriminação de rendas: tributos federais, estaduais e municipais	41
4. Quanto à competência impositiva: tributos privativos, comuns, residuais e extraordinários.....	42
4.1. Noção geral.....	42
4.1.1. Tributos privativos: impostos, empréstimos compulsórios e contribuições parafiscais	42
4.1.2. Tributos comuns: taxas e contribuição de melhoria	43
4.2. Tributos residuais.....	44
4.2.1. Competência residual.....	44
4.2.2. Tributos residuais: impostos e contribuições sociais.....	44
4.2.3. Tributo de competência compartilhada	45
4.2.4. Impostos extraordinários ou especiais	46
5. Quanto ao fim: tributos fiscais e extrafiscais.....	47
6. Tributos extrafiscais não se confundem com tributos parafiscais	51
V. TRIBUTOS E PREÇOS	52
1. Distinção entre preços e tributos.....	52
1.1. Distinção entre preço público e taxa.....	53
1.1.1. Natureza jurídica do pedágio.....	53
1.2. Distinção entre preço e tarifa.....	54

VI. IMPOSTOS.....	55
1. Noção geral.....	55
1.1. Período clássico.....	55
1.2. Período moderno.....	56
2. Classificação.....	58
2.1. Impostos ordinários e impostos extraordinários.....	58
2.2. Impostos fiscais e impostos extrafiscais.....	58
2.3. Impostos diretos e impostos indiretos.....	58
2.3.1. Critério da repercussão.....	58
2.3.2. Critério administrativo.....	59
2.3.3. Critério da natureza da situação gravada (Foville).....	59
2.3.4. Critério da exteriorização da capacidade contributiva (Griziotti)....	60
2.4. Impostos pessoais (subjetivos) e impostos reais (objetivos).....	60
2.5. Impostos fixos, proporcionais e progressivos.....	60
2.6. Impostos federais, estaduais e municipais.....	61
2.7. Categorias econômicas dos impostos.....	61
3. Efeitos econômicos dos impostos.....	62
3.1. Difusão.....	62
3.2. Incidência.....	63
3.3. Percussão.....	63
3.4. Repercussão.....	63
3.4.1. Formas de repercussão.....	64
3.4.2. Repercussão simples.....	64
3.4.3. Repercussão em várias etapas ou múltipla.....	64
3.4.4. Repercussão para a frente.....	64
3.4.5. Repercussão para trás.....	64
3.4.6. Dupla incidência.....	65
3.4.7. Não é regra absoluta a não repercussão do imposto direto e a reper-	
cussão do imposto indireto.....	65
3.4.8. Fatores da repercussão.....	65
3.5. Amortização.....	67
3.6. Capitalização.....	67
VII. TAXAS.....	67
1. Noção geral.....	67
2. Características.....	67
3. Hipótese de incidência.....	70
3.1. Poder de polícia.....	70
3.2. Serviço público.....	71
3.2.1. Noção e classificação.....	71
3.2.2. Utilização efetiva ou potencial.....	72
3.2.3. Serviço público específico e divisível.....	73
4. Base de cálculo.....	76
5. Classificação.....	79
6. Taxas por serviços públicos residuais.....	80
7. Serviços públicos concorrentes.....	81
8. Elementos.....	81

9. Taxa e imposto	82
10. Taxa e preço	83
10.1. Preço social	83
10.2. Distinção segundo Giannini	84
10.3. Distinção segundo a doutrina brasileira	84
10.4. Critérios adotados pelo STF	85
10.5. Diferenças entre taxa e preço	86
10.6. Natureza jurídica do pedágio	87
10.6.1. Tarifa não é sinônimo de preço público	87
VIII. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	88
1. Noção geral	88
2. Hipótese de incidência	89
3. Características	90
4. Base de cálculo	91
5. Requisitos para cobrança	92
6. Contribuição de melhoria e taxa	93
IX. EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS	93
1. Natureza jurídica	93
1.1. Sistema anterior à EC n° 1/1969	93
1.2. Sistema da CF de 1988	94
2. Criação de empréstimo compulsório	95
X. CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAIS	95
1. Origem do termo	95
2. Natureza jurídica (doutrina alienígena)	96
3. Natureza jurídica (doutrina brasileira)	96
4. Características	97
5. Conceito	99
6. Espécies	99
7. Competência	101
8. Sujeito ativo	101
9. Hipótese de incidência	101
10. Lei complementar e contribuições residuais	101
11. Ressalva ao princípio da anterioridade (contribuições sociais)	103
12. A EC n° 33, de 11.12.2001	103
XI. CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS	104
XII. TRIBUTOS ECOLÓGICOS	105
<i>Capítulo IV</i>	
SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	111
I. A TEORIA DO IMPOSTO ÚNICO	111
1. Origem histórica	111
2. As vantagens do imposto único	111
3. As desvantagens do imposto único	112
4. As vantagens do sistema tributário	112

II. SISTEMA TRIBUTÁRIO	112
1. Noção geral	112
2. Classificação	113
2.1. Sistemas racionais e históricos	113
2.2. Sistemas objetivos e subjetivos	114
2.3. Sistemas rígidos e flexíveis	114
2.4. Sistemas com predominância de determinadas categorias de impostos (Maurice Duverger)	114
2.4.1. Noção geral	114
2.4.2. Sistemas tributários em que predominam os impostos diretos ou indiretos	115
2.4.3. Sistemas tributários em que predominam os impostos gerais ou particulares	115
2.4.4. Sistemas tributários em que predominam os impostos internos e os impostos aduaneiros	115
3. Requisitos do sistema tributário	116
3.1. Noção geral	116
3.2. Segundo Gangemi	116
3.3. Segundo Aliomar Baleeiro	116
III. HISTÓRICO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	117
1. Brasil Colônia	117
2. Reino Unido	117
3. A Carta de 1824	117
4. A Constituição de 1891	117
5. A Constituição de 1934	118
6. A Carta de 1937	118
7. A Constituição de 1946	119
8. Emenda nº 18, de 1965, à Constituição de 1946 e a Carta de 1967	119
9. Emenda Constitucional nº 1, de 1969, à Carta de 1967	119
10. A Constituição de 1988	119
IV. DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS	121
1. Noção geral	121
2. Critérios	121
3. Discriminação de rendas rígida	122
4. A discriminação de rendas na Constituição de 1988	122
V. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	122
1. Noção	122
2. Espécies	123
3. Competência privativa, comum e residual	124
3.1. Competência privativa	124
3.1.1. Bitributação e <i>bis in idem</i>	125
3.2. Competência comum	125
3.3. Competência residual	126

VI. DISCRIMINAÇÃO POR PRODUTO	126
1. Noção geral.....	126
2. Instituto de direito financeiro e não de tributário.....	126
3. Espécies: direta e indireta	127
3.1. Repartição direta.....	127
3.1.1. Discriminação direta em favor dos Estados e do Distrito Federal ...	127
3.1.2. Discriminação direta em favor dos Municípios.....	127
3.2. Discriminação indireta.....	128

Capítulo V

LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS DO PODER DE TRIBUTAR..... 131

I. O ESTADO DE DIREITO E O PODER DE TRIBUTAR.....	131
1. O estado de direito	131
1.1. Poder de tributar	132
1.1.1. Poder de tributar e poder de polícia.....	132
1.1.2. Limitações constitucionais do poder de tributar	133
1.1.3. Princípios tributários expressos, ou implícitos, gerais ou específicos.....	134
II. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS EXPRESSOS.....	135
1. Noção geral	135
1.1. Princípio da legalidade tributária (CF, art. 150, I).....	136
1.1.1. Origem histórica	136
1.1.2. Razão de ser do princípio da legalidade tributária	137
1.1.3. Interpretação do art. 150, I, da CF.....	137
1.1.4. Exceções ao princípio da legalidade tributária.....	138
1.1.5. Medida provisória no direito tributário.....	139
1.1.6. Sistema anterior à EC nº 32/2001	140
1.1.7. Emenda Constitucional nº 32/2001.....	141
1.2. Princípio da tipicidade tributária	142
1.2.1. O art. 97 do CTN consagra o princípio da tipicidade na tributação...	142
1.3. Leis delegadas.....	143
1.4. Princípio da anterioridade da lei fiscal (CF, art. 150, III, “b” e “c”).....	143
1.4.1. Origem histórica	143
1.4.2. A anterioridade fiscal na CF de 1988	145
1.4.3. As exceções constitucionais ao princípio da anterioridade fiscal....	146
1.4.4. O art. 104 do CTN e a CF de 1988	147
1.4.5. Princípio da uniformidade tributária geográfica (CF, art. 151, I)	148
1.4.6. Princípio da uniformidade na tributação das rendas das obrigações da dívida pública (CF, art. 151, II, primeira parte).....	148
1.4.7. Princípio da uniformidade na tributação da remuneração e proventos de agentes públicos (CF, art. 151, II, parte final).....	149
1.4.8. Princípio que veda à União conceder isenções de tributos estaduais e municipais (CF, art. 151, III).....	149
1.4.9. Princípio da não discriminação tributária, em razão da procedência ou do destino de bens e serviços (CF, art. 152).....	149

1.4.10. Princípio da vedação de limitações, mediante tributos, ao tráfego de pessoas ou bens (CF, art. 150, V).....	150
1.5. Princípio da imunidade tributária.....	151
1.5.1. Imunidade é não incidência constitucional.....	151
1.5.2. Espécies de imunidade tributária.....	152
1.5.3. Imunidade e isenção.....	153
1.5.4. Classificação de imunidades tributárias.....	153
1.5.5. Imunidade e o art. 150, VI, da CF.....	153
1.5.6. Imunidade recíproca (CF, art. 150, VI, “a”, e §§ 2º e 3º).....	155
1.5.7. Imunidade relativa a entidades religiosas, templos de qualquer culto e suas organizações assistenciais e beneficentes (CF, art. 150, VI, “b”).....	157
1.5.8. Imunidades dos partidos políticos, empresas sindicais dos trabalhadores e instituições educacionais e assistenciais (CF, art. 150, VI, “c”, e § 4º).....	158
1.5.9. Imunidade de livros, periódicos e papel destinado à sua impressão (CF, art. 150, VI, “d”).....	160
1.6. Princípios da personalização do imposto e da capacidade contributiva (CF, art. 145, § 1º).....	161
1.6.1. Princípio da personalização do imposto.....	162
1.6.2. Princípio da capacidade contributiva.....	163
1.7. Princípio da igualdade tributária (CF, art. 150, II).....	164
1.7.1. Princípio genérico da igualdade.....	164
1.7.2. Princípio da igualdade tributária.....	165
1.8. Constituição proíbe privilégios odiosos, não discriminações razoáveis.....	167
1.9. Princípio da irretroatividade da lei fiscal.....	169
1.10. Princípio que veda tributo com efeito confiscatório (CF, art. 150, V).....	170
1.11. Princípios específicos.....	171
III. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS IMPLÍCITOS.....	171
I. Noção geral.....	171
1.1. Imposto proibitivo.....	172
1.2. Destinação pública do tributo.....	172
1.3. Segurança jurídica.....	173
<i>Capítulo VI</i>	
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	175
I. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	175
1. Sentido da expressão.....	175
1.1. Características.....	175
II. VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NO ESPAÇO E NO TEMPO.....	176
1. Interpretação do art. 101 do CTN.....	176
1.1. Vigência no espaço.....	176
1.2. Vigência no tempo.....	177
1.2.1. Das normas complementares.....	177
1.2.2. Da lei.....	178

III. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	179
1. Noção geral.....	179
1.1. A lei fiscal aplica-se somente a fatos geradores futuros (CTN, art. 105, e CF, art. 150, III, “a”).....	180
1.2. Aplicação retroativa da lei fiscal (CTN, art. 106).....	181
IV. INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	184
1. Noção geral.....	184
1.1. Evolução histórica.....	184
1.1.1. Interpretação apriorística.....	184
1.1.2. Interpretação literal.....	185
1.1.3. Métodos de interpretação segundo a doutrina.....	186
1.1.4. Interpretação econômica.....	187
1.2. A interpretação no CTN.....	188
1.2.1. Noção geral.....	188
V. INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	194
1. Noção geral.....	194
1.1. Analogia.....	195
1.1.1. Restrição ao emprego da analogia (CTN, art. 108, § 1º).....	195
 <i>Capítulo VII</i>	
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	199
I. NOÇÃO GERAL.....	199
1. Relação jurídico-tributária.....	199
1.1. Natureza obrigacional da relação tributária.....	199
1.2. Natureza pessoal da relação tributária.....	200
1.3. Relação jurídica de direito público.....	200
1.4. Relação jurídica subjetiva.....	201
1.5. Relação jurídica <i>ex lege</i>	201
II. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	202
1. Conceito.....	202
1.1. Elementos.....	202
1.1.1. Espécies.....	202
III. FATO GERADOR.....	205
1. Denominação.....	205
1.1. Conceito.....	205
1.1.1. Fato gerador da obrigação tributária principal.....	205
1.1.2. A pretensa norma geral antielisiva do parágrafo único do art. 116 do CTN.....	206
1.1.3. Fato gerador da obrigação tributária acessória.....	209
2. Classificação do fato gerador.....	209
3. Importância do fato gerador.....	210
4. Elementos do fato gerador.....	210
5. Negócios jurídicos condicionais: momento da ocorrência do fato gerador.....	211
6. Tributação de atos nulos, anuláveis, imorais e ilícitos.....	211

IV. SUJEITO ATIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	212
1. Interpretação do art. 119 do CTN	212
1.1. Territórios e Distrito Federal.....	213
1.1.1. Efeitos de desmembramento territorial de pessoa jurídica de direito público.....	213
V. SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	214
1. Noção geral.....	214
1.1. Sujeito passivo da obrigação tributária principal.....	214
1.1.1. Contribuinte.....	214
1.1.2. Responsável.....	215
1.1.3. Distinção entre contribuinte e responsável	216
1.2. Sujeição passiva indireta.....	216
1.3. Sujeito passivo de obrigação acessória.....	217
1.4. Convenções particulares.....	217
2. Solidariedade tributária.....	218
2.1. Capacidade tributária.....	220
2.2. Domicílio tributário	221
VI. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	222
1. Noção geral.....	222
1.1. Substituto tributário.....	225
1.2. Responsabilidade dos sucessores.....	226
1.2.1. Noção geral.....	226
1.2.2. Sucessão imobiliária (CTN, art. 130)	227
1.2.3. Responsabilidade do adquirente ou remetente (CTN, art. 131, I)	228
1.2.4. Sucessão <i>causa mortis</i> (CTN, art. 131, II e III)	229
1.2.5. Sucessão de pessoas jurídicas de direito privado e de empresas individuais	230
1.2.6. Sucessão comercial.....	231
1.2.7. Sucessão falimentar (CTN, art. 184)	234
2. Responsabilidade de terceiros.....	234
2.1. Responsabilidade subsidiária (CTN, art. 134).....	235
2.1.1. Responsabilidade por substituição (CTN, art. 135).....	237
VII. RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA....	240
1. Responsabilidade de natureza objetiva (CTN, art. 136)	240
1.1. Responsabilidade pessoal do agente (CTN, art. 137).....	242
1.2. Denúncia espontânea e seus efeitos (CTN, art. 138).....	243

Capítulo VIII

CRÉDITO TRIBUTÁRIO	247
I. NOÇÃO GERAL.....	247
1. Teoria dualista da obrigação	247

II. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	249
1. Conceito e natureza jurídica do lançamento	249
2. Lançamento corresponde a um procedimento	250
3. Atividade do lançamento é vinculada e obrigatória.....	251
4. Fases do lançamento	252
5. Constituição definitiva do crédito tributário.....	252
6. Lançamento é privativo da administração	253
7. Princípio da imutabilidade do lançamento.....	253
8. Princípio da inalterabilidade dos critérios jurídicos.....	254
9. Modalidades de lançamento.....	255
9.1. Lançamento por declaração	255
9.2. Lançamento de ofício	256
9.3. Lançamento por homologação.....	258
III. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	261
1. Noção geral.....	261
1.1. Moratória (art. 151, I, CTN).....	262
1.2. Depósito do montante integral do tributo	265
1.3. Reclamações e recursos	267
1.4. Medida liminar em mandado de segurança	268
1.5. Concessão de medida liminar ou de tutela de urgência, em outras espécies de ação judicial, e parcelamento.....	269
IV. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	270
1. Noção geral.....	270
1.1. Pagamento em sentido estrito	272
1.2. Efeito da imposição de penalidades	272
1.3. Prova de pagamento.....	273
1.4. Lugar de pagamento	273
1.5. Prazo de pagamento.....	273
1.6. Formas de pagamento	275
1.7. Imputação de pagamento	276
1.8. Consignação em pagamento	276
2. Pagamento indevido.....	278
2.1. Noção geral.....	278
2.2. Indepe de prévio protesto.....	278
2.2.1. Dever de restituição não tem natureza tributária.....	278
2.2.2. Causas de repetição do indébito	279
2.2.3. Restituição de tributo indireto	280
2.3. Objeto de restituição.....	283
2.4. Prazos.....	284
2.4.1. Compensação.....	285
2.5. Transação	287
2.6. Remissão.....	288
3. Decadência	289
3.1. Noção geral.....	289
3.2. Decadência e prescrição	289

3.3. Termo inicial do prazo	290
3.4. Auto de infração	291
3.5. Início da constituição do crédito tributário	292
4. Prescrição	293
4.1. Noção geral	293
4.2. Termo inicial da prescrição: constituição definitiva do crédito tributário	293
4.3. Prazo é de cinco anos	294
4.4. Interrupção do prazo prescricional	295
4.5. Suspensão do prazo prescricional	296
4.6. Pagamento definitivo (antiga conversão de depósito em renda)	297
4.7. Pagamento antecipado e homologação do lançamento	298
4.8. Decisão administrativa definitiva e decisão judicial passada em julgado	299
V. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	300
1. Noção geral	300
2. Isenção	300
2.1. Conceito	300
2.2. Isenção e imunidade	301
2.3. Classificações	302
2.3.1. Isenção pura e onerosa	302
2.3.2. Isenção instantânea, a prazo certo e a prazo indeterminado	302
2.3.3. Isenção ampla ou restrita	302
2.3.4. Isenção geral e especial	303
2.3.5. Isenção objetiva, subjetiva e mista	303
2.3.6. Isenção total e limitada	304
2.3.7. Isenção autônoma e heterônoma	304
2.3.8. Isenção só pode ser concedida por lei específica	305
2.4. Interpretação literal (neutra)	307
2.5. Competência	307
2.6. Isenção e alíquota zero	308
2.7. Revogação de isenção	308
2.8. Isenção e ICMS	310
2.9. Tratados e isenção de tributos estaduais e municipais	310
2.9.1. Noção geral	312
2.9.2. Exigência de lei específica	313
2.9.3. Classificação	313
VI. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	314
1. Noção geral	314
1.1. Privilégios do crédito tributário	315
1.2. Fraude contra a Fazenda Pública	317
1.3. Preferências	320
1.3.1. Noção geral	320
1.3.2. No direito tributário	320
1.3.3. Concurso fiscal de preferências	322
1.3.4. Outras preferências	324
1.3.5. Prova de quitações fiscais	325

Capítulo IX

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	327
I. NOÇÃO GERAL.....	327
1. Administração tributária.....	327
II. FISCALIZAÇÃO●.....	327
1. Noção geral.....	327
1.1. Direito de exame pelo Fisco.....	328
1.1.1. Lavratura de termo.....	330
1.2. Pessoas obrigadas a prestar informações.....	331
1.3. Dever de sigilo.....	332
1.4. Permuta de informações.....	334
III. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.....	336
1. Definição.....	336
1.1. Inscrição.....	336
1.2. Certidão da dívida ativa tributária pode ser objeto de protesto (STF-ADI 5135/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, j. 09.11.2016, publicação 07.02.2018, Tribunal Pleno).....	338
1.3. Indisponibilidade de bens de devedor tributário.....	338
IV. CERTIDÕES NEGATIVAS.....	339
1. Noção geral.....	339

Capítulo X

ILÍCITO TRIBUTÁRIO	343
I. NOÇÃO● GERAL.....	343
1. Conceito de ilícito tributário.....	343
2. Espécies de ilícito tributário.....	344
3. Natureza jurídica do ilícito tributário.....	344
II. INFRAÇÕES FISCAIS.....	347
1. Classificações.....	347
2. Sanções fiscais.....	348
III. CRIMES TRIBUTÁRIOS.....	349
1. No Código Penal.....	349
1.1. Crime de contrabando (CP, art. 334, primeira parte).....	349
1.2. Crime de descaminho (CP, art. 334, parte final).....	349
1.3. Falsificação de papéis públicos (CP, art. 293).....	350
1.4. Crime de violação de segredo funcional (CP, art. 325).....	350
1.5. Crime de excesso de exação (CP, art. 316, § 1º).....	350
1.6. Crime de prevaricação (CP, art. 319).....	350
1.7. Crimes de falsidade (CP, arts. 299, 301 e 305).....	350
2. Crimes contra a ordem tributária.....	351
2.1. Sonegação fiscal, fraude e conluio.....	351
2.2. Crimes praticados por particulares.....	351
2.3. Crimes praticados por funcionários públicos.....	353

IV. JURISPRUDÊNCIA SOBRE CRIMES TRIBUTÁRIOS.....	354
V. EVASÃO E ELISÃO FISCAL.....	355
<i>Capítulo XI</i>	
CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO.....	357
I. NOÇÃO GERAL.....	357
1. Importância do fato gerador.....	357
2. Direito do sujeito passivo impugnar o lançamento.....	357
3. Contencioso tributário: conceito e características.....	358
4. Processo contencioso tributário.....	358
II. PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO.....	359
1. Noção geral.....	359
2. Auto de infração.....	359
2.1. Impugnação ao auto de infração.....	360
2.2. Julgamento.....	360
2.2.1. Primeira instância.....	360
2.2.2. Segunda instância.....	361
2.3. Decisão administrativa definitiva.....	361
3. Processo administrativo de iniciativa do sujeito passivo.....	361
3.1. Consulta.....	362
III. PROCESSO TRIBUTÁRIO JUDICIAL.....	364
1. Noção geral.....	364
2. Execução fiscal.....	365
2.1. Evolução histórica.....	365
2.2. A LEF aplica-se na cobrança da dívida ativa tributária e não tributária.....	365
2.3. Certidão da dívida ativa tributária.....	366
2.4. Competência na execução fiscal.....	367
2.4.1. Modificação de competência.....	367
3. Legitimidade ativa.....	368
4. Legitimidade passiva.....	370
4.1. Noção geral.....	370
4.2. Execução fiscal contra responsável cujo nome não consta da CDA.....	371
4.3. Execução contra ente público.....	372
5. Petição inicial.....	373
5.1. Efeitos do deferimento da petição inicial.....	374
6. Formas de citação.....	374
6.1. Efeitos da citação.....	375
7. A garantia da execução.....	375
7.1. Penhora.....	377
8. Exceção de pré-executividade.....	380
9. Embargos de executado.....	381
9.1. Noção geral.....	381
9.2. Prazo para embargos.....	381

9.3. Matéria a ser versada nos embargos	382
9.3.1. Compensação e reconvenção	383
9.3.2. Exceções	383
9.3.3. Litisconsórcio	383
9.3.4. Valor da causa nos embargos	384
9.3.5. Efeitos da ação de embargos	384
9.4. Interpretação do art. 40 da LEF	385
10. Recursos	386
11. Procedimento do leilão	387
12. Procedimentos judiciais de iniciativa do sujeito passivo	388
12.1. Noção geral	388
12.2. Ação anulatória de débito fiscal	388
12.3. Ação declaratória	390
12.4. Mandado de segurança	391
12.5. Ação de consignação em pagamento	392
12.6. Ação civil pública	393
Capítulo XII	
IMPOSTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS	395
I. IMPOSTOS FEDERAIS	395
1. Imposto de importação	395
1.1. Competência e legislação	395
1.2. Características	395
1.3. Hipótese de incidência	396
1.4. Alíquotas	399
1.5. Base de cálculo	400
1.6. Contribuinte	401
1.7. Lançamento	402
1.8. Penalidades	403
1.9. Regimes aduaneiros especiais	405
2. Imposto de exportação	407
2.1. Competência e legislação	407
2.2. Características	408
2.3. Hipótese de incidência	409
2.4. Alíquotas	409
2.5. Base de cálculo	410
2.6. Contribuinte	411
2.7. Falência de exportador	412
2.8. Lançamento	412
3. Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza	413
3.1. Competência e legislação	413
3.2. Princípios constitucionais específicos	413
3.3. Características	415
3.4. Hipótese de incidência	415
3.5. Os §§ 1º e 2º do art. 43 do CTN acrescentados pela LC nº 104, de 2001	420
3.6. Contribuinte	421
3.7. Alíquotas	422

3.8. Base de cálculo	422
3.9. Lançamento.....	424
4. Imposto sobre produtos industrializados	425
4.1. Competência e legislação	425
4.2. Características.....	425
4.3. Princípios constitucionais específicos	426
4.3.1. Seletividade	426
4.3.2. Não cumulatividade	427
4.3.3. Imunidade.....	429
4.3.4. Exceção relativa ao princípio da legalidade tributária	429
4.3.5. Exceção ao princípio da anterioridade da lei fiscal.....	429
4.4. Hipótese de incidência.....	430
4.5. Alíquotas.....	433
4.6. Base de cálculo	433
4.7. Contribuinte	434
4.8. Lançamento.....	435
4.9. Transição pós-Emenda Constitucional n° 132/2023	436
5. Imposto sobre operações de crédito e câmbio ou relativas a títulos ou valores mobiliários	437
5.1. Competência e legislação	437
5.2. Características.....	437
5.3. Princípios constitucionais específicos	438
5.3.1. Exceção relativa ao princípio da legalidade tributária	438
5.3.2. Exceção ao princípio da anterioridade da lei fiscal.....	438
5.3.3. Incidência exclusiva do IOF quando o ouro for definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.....	438
5.4. Hipótese de incidência.....	439
5.5. Contribuinte	443
5.6. Alíquotas e base de cálculo.....	443
5.7. Lançamento.....	444
5.8. Legitimidade da parte para integrar o polo passivo.....	444
6. Imposto sobre a propriedade territorial rural	445
6.1. Competência e legislação	445
6.2. Características.....	445
6.3. Princípios constitucionais específicos	445
6.3.1. Progressividade do ITR.....	445
6.3.2. Imunidade de pequenas glebas rurais	446
6.4. Hipótese de incidência.....	447
6.5. Alíquota	448
6.6. Base de cálculo	449
6.7. Contribuinte	449
6.8. Lançamento.....	450
7. Imposto sobre grandes fortunas	451
8. Impostos extraordinários.....	451
9. Imposto sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da lei complementar	452

II. IMPOSTOS ESTADUAIS	455
1. Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação	455
1.1. Noção geral	455
1.2. Estado-membro e DF competentes	456
1.3. Características	456
1.4. Hipóteses de incidência	457
1.5. Isenção	460
1.6. Sujeito passivo	461
1.7. Alíquotas	461
1.8. Base de cálculo	462
1.9. Lançamento e pagamento	463
1.10. Mora. Legitimidade de penalidades	464
2. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços (ICMS). <i>Vide</i> EC nº 197 sobre comércio eletrônico	464
2.1. Origem do ICMS	464
2.2. ICMS na CF de 1988	465
2.3. Legislação	466
2.4. Características do ICMS	467
2.5. Semelhanças e dessemelhanças com o IPI	468
2.6. Hipóteses de incidência	468
2.6.1. Operações relativas à circulação de mercadoria	468
2.6.2. Transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular	471
2.6.3. Importação de bem ou mercadoria	472
2.6.4. Inconstitucionalidade da EC nº 33/2001	474
2.6.5. Fornecimento de mercadoria com prestação de serviços	475
2.6.6. Incidência do ICMS sobre venda de programas de computador em prateleira e fitas de vídeo	476
2.7. Não incidência constitucional	478
2.7.1. Operações que destinem mercadorias para o exterior	478
2.7.2. Operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica (CF, art. 155, § 2º, X, “b”)	479
2.7.3. Operações relativas a ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial	479
2.7.4. Operações de serviços de transporte interestadual, intermunicipais e de comunicação	480
2.7.5. Serviços de comunicação	482
2.8. Princípio da não cumulatividade	483
2.9. Correção monetária do crédito	484
2.10. STF admite atualização de créditos fiscais pelas unidades federadas	485
2.10.1. Pressupostos para a utilização do direito de crédito (LC nº 87/1996, art. 23, parágrafo único)	486
2.10.2. Vedações constitucionais ao exercício do direito de crédito	489
2.10.3. Bens destinados ao uso, ou consumo, ou ativo permanente do estabelecimento	489
2.10.4. Crédito quanto à energia elétrica entrada no estabelecimento	490

2.10.5. Crédito quanto aos serviços de comunicação.....	490
2.11. Interpretação do § 3º do art. 155 da CF (redação dada pela EC nº 33/2001)...	490
2.12. Sujeito passivo	491
2.12.1. Contribuinte.....	491
2.12.2. Responsável tributário.....	493
2.12.3. Substituição tributária.....	493
2.12.4. Substituição para a frente, ou subsequente ou progressiva	494
2.12.5. Substituição regressiva, ou para trás, ou antecedente.....	496
2.13. Alíquotas.....	497
2.13.1. Seletividade	497
2.13.2. Limitações constitucionais à fixação de alíquotas pelos Estados e Distrito Federal.....	498
2.13.3. Operações e prestações de exportação de mercadorias e de serviços.....	498
2.13.4. Operações e prestações interestaduais.....	498
2.13.5. Operações internas.....	499
2.14. Base de cálculo	500
2.14.1. Noção geral.....	500
2.14.2. Efeitos da não indicação do valor da operação relativa à circulação de mercadorias ou à prestação de serviços.....	502
2.14.3. Fornecimento de mercadorias com prestação de serviços.....	502
2.14.4. Quando o valor do IPI integra a base de cálculo do ICMS	502
2.14.5. Redução de base de cálculo e incentivos fiscais.....	503
2.14.6. Vendas a prazo ou mediante cartão de crédito.....	504
2.14.7. Base de cálculo na substituição tributária.....	505
2.14.8. Pauta fiscal.....	505
2.14.9. Operações relativas a petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos e energia elétrica.....	506
2.15. Lançamento.....	506
2.16. Sanções e coisa julgada.....	507
3. Imposto sobre propriedade de veículos automotores.....	508
3.1. Competência e legislação	508
3.2. Características.....	509
3.3. Fato gerador.....	510
3.4. Contribuinte.....	512
3.5. Alíquota	512
3.5.1. Alíquotas diferenciadas segundo a procedência nacional ou estrangeira de veículo automotor.....	512
3.6. Base de cálculo	513
3.7. Lançamento.....	513
III. IMPOSTOS MUNICIPAIS	514
1. Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.....	515
1.1. Competência e legislação	515
1.2. Características.....	515
1.3. Hipótese de incidência.....	516
1.4. Contribuinte.....	518

1.5. Alíquotas.....	520
1.5.1. Progressividade do art. 156, § 1º, da CF.....	520
1.5.2. Progressividade no tempo (CF, art. 182, § 4º)	521
1.6. Base de cálculo	522
1.7. Imunidade	523
2. Imposto de transmissão <i>inter vivos</i>	524
2.1. Competência e legislação	524
2.2. Características	524
2.3. Hipótese de incidência.....	525
2.3.1. Promessa de compra e venda de bem imóvel.....	526
2.3.2. Renúncia à herança ou legado	526
2.3.3. Torna ou reposição.....	527
2.4. Não incidência constitucional.....	527
2.5. Alíquota	528
2.6. Base de cálculo.....	529
2.7. Sujeito passivo	530
2.8. Lançamento.....	531
3. Imposto sobre serviços de qualquer natureza	531
3.1. Origem e legislação	531
3.2. Características	532
3.3. Hipóteses de incidência.....	532
3.3.1. Prestação de serviço traduz obrigação de fazer.....	534
3.4. Sujeito ativo.....	540
3.5. Sujeito passivo.....	542
3.6. Imunidade.....	543
3.7. Não incidência	544
3.8. Alíquota	544
3.9. Base de cálculo	547
3.10. Lançamento.....	549
IV. IMPOSTO DE COMPETÊNCIA COMPARTILHADA.....	549
1. Imposto sobre bens e serviços.....	549
1.1. Considerações gerais	549
1.2. Imposto sobre bens e serviços	550
1.3. O papel da lei complementar na estruturação do IBS.....	551
1.4. Regimes diferenciados.....	551
1.5. Regime único simplificado.....	553
1.6. Comitê gestor.....	553
1.7. Desenvolvimento regional.....	554
1.8. Regime de transição.....	555
1.9. Competência.....	557
BIBLIOGRAFIA.....	559